

## Três anos de coisas simples

GUSTAVO H. B. FRANCO

Além de reduzir a inflação de cerca de 4000% anuais para 7%, e dobrar o crescimento do PIB relativamente à média dos quinze anos anteriores a 1994, o Real, nos seus três primeiros anos de vida, fez os salários reais crescerem em quase 20%, a proporção de pobres no País diminuir em 25%, o emprego crescer 2,5% anuais (com taxas de desemprego estáveis em torno de 5%), o custo da cesta básica reduzir-se em 30%, e o salário-mínimo medido em dólares quase dobrar.

Tivemos, como se sabe, crescimento notável no número de lares servidos por televisões, refrigeradores, fogões e máquinas de lavar, bem como incontáveis relatos de coisas, de muito sonhadas, adquiridas pela primeira vez graças aos ganhos de renda real produzidos pelo Real. Além disso, a pressão competitiva provocada pela abertura deu origem a novas condutas empresariais, proporcionando extraordinariamente altas taxas de crescimento da produtividade, bem como uma inédita desconcentração setorial e regional do dinamismo econômico. Com isso, ficaram beneficiadas áreas pobres como o Nordeste e o Centro-Oeste, em detrimento de grandes centros urbanos, invertendo-se assim uma lógica perversa e secular de migração na direção das grandes metrópoles. A necessidade de reagir à abertura terminou por conseguir o que décadas não foram capazes de fazer. A transformação produtiva está em toda parte: o Plano Real, como diz o Presidente da República, é muito mais que simplesmente o combate à inflação, é uma "revolução silenciosa", a porta de entrada em um novo modelo de desenvolvimento econômico.

À luz dessa nova e avassaladora realidade, a hiperinflação, o populismo deslavado, os choques falsamente redentores e as espertezas na forma de confiscos e *tablitas* parecem acontecimentos muito distantes. Mas não se deve esquecer que os progressos acima ocorreram em pouco menos de três anos. É muito pouco tempo. Se algum aspirante à Presidência da República, há quatro anos, promettesse metade do que está relacionado acima, enfrentaria o desdém normalmente destinado aos políticos enganadores e aos charlatões profissionais. Vale lembrar que as perspectivas, naquela altura, eram sombrias: a economia estava estagnada, a inflação se aproximava de 30% mensais e tudo parecia indicar que o Brasil ia repetir a lamentável experiência de 1989.

Pouca gente parecia exibir alguma disposição de enfrentar a situação e muitos dos sabichões hoje deitando falação sobre os

problemas do Real estavam escondidinhos para não serem chamados a opinar sobre o que se passava.

Sob a liderança do presidente Fernando Henrique Cardoso as dificuldades foram superadas com engenho, ousadia e paciência. E em incríveis três anos, o Brasil recobrou seu futuro. Os pesadelos da "Década Perdida" ficaram para trás e o País hoje se vê discutindo ansioso, e mesmo impaciente, os novos passos de seu desenvolvimento econômico, coisa que não se fazia há muitos anos.

Como este governo conseguiu isso tudo? Muito simples: de um lado, responsabilidade e zelo pelo que é público, o que se traduz em fazer o Estado viver dentro de seus próprios meios, assim evitando tudo que o induza a tributar os pobres através do imposto inflacionário. De outro, o abandono da ideia de que devemos nos isolar do mundo exterior e nos dedicar à autossuficiência e à proteção indiscriminada do produtor nacional em detrimento do consumidor. São coisas simples, em cuja base está a sabedoria das donas de casa muito mais que qualquer ideologia sobre os destinos do planeta. Coisas que já devíamos ter descoberto há tempo e cuja teimosia em ignorar produziu enormes custos sociais.

Foram e continuam sendo enormes os obstáculos à adoção dessas simples verdades: é exatamente disso que tratam as iniciativas na rubrica "reformas", a saber, mudanças nos mais variados níveis de interferência do Estado na economia a fim de conferir maior agilidade e eficiência à economia e às políticas públicas. Se hoje ainda não estamos crescendo como "Tigres", é unicamente em função das resistências às "reformas". E não é difícil entender: como imaginar que o crescimento não seja prejudicado pela obrigação, que a Oposição insiste em preservar, de o Estado manter "marajás" e privilégios no serviço público? Como não prejudicar o investimento e o crescimento com os atrasos que as corporações impõem às transferências de responsabilidades de investimento ao setor privado por meio da privatização e das concessões de serviços públicos?

De toda maneira, os resultados a exhibir, nesses três anos, são excelentes e a magnitude do feito tem sido escassamente lembrada no cotidiano. Nada a estranhar: seja pelo viés imediatista do noticiário (o que aconteceu ontem é notícia velha) ou, pela lógica dos mercados financeiros, (eventos conhecidos, ocorridos ou prestes a ocorrer, "já estão no preço"), apenas o futuro (a novidade) importa. E nesse terreno é recorrente a ênfase aos desafios a enfrentar, a cobrança das tarefas incompletas e a expectativa quanto a novas iniciativas. Nada a opor. Todos, a começar por nós, sabemos que a tarefa está incompleta (na verdade, sempre estará) e que há enormes desafios pela frente (como

tem sido desde o início), mas existem algumas raras ocasiões, como este terceiro aniversário do Real, onde é possível olhar o passado com satisfação pelo trabalho bem feito, sem que isso mereça a acusação de descuido quanto ao futuro.

*Gustavo Franco é diretor da Área Externa do Banco Central*